

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia

A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E OS REBATIMENTOS NA VIDA DAS MULHERES

TATIANA RAULINO DE SOUSA¹

RESUMO:

O artigo apresenta reflexões acerca do modo de produção capitalista e seus impactos na vida das mulheres. Assinala também considerações sobre o Estado enquanto instrumento de dominação de classe. E uma breve discussão sobre a crise estrutural do capital, a divisão sexual do trabalho e a ampliação das formas desigualdades e opressão de gênero e raça. O material é parte de uma pesquisa em andamento.

Palavras-chaves: Crise estrutural do capital; Estado; Divisão sexual do trabalho.

Abstract: The article presents reflections on the capitalist mode of production and its impact on women's lives. It also considers the State as an instrument of class domination and briefly discusses the structural crisis of capital, the sexual division of labor, and the expansion of gender and racial inequalities and oppression. The material is part of ongoing research.

Keywords: Structural crisis of capital; State; Sexual division of labor.

1. Modo de produção capitalista e a exploração das/os trabalhadoras/es.

O discurso e as práticas violentas associadas ao machismo, ao patriarcado e à misoginia no Brasil e no mundo assumiram, principalmente nos últimos anos, proporções alarmantes e complexas que merecem profundas reflexões tanto do movimento de organização da sociedade, quanto da sua composição institucional. É necessário refletir como esses elementos se expressam nas relações sociais, práticas políticas e ações governamentais articuladas à dinâmica da acumulação capitalista contemporânea. Pois, como nos remete Ávila

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

(2012, p. 32), “os sistemas capitalistas e patriarcal não são exatamente dois sistemas separados: eles coexistem”.

A crise estrutural do capital é inerente ao modo de produção capitalista e resultante das suas contradições fundamentais dentro das relações de produção. Não se limita à crise dos ciclos econômicos, abrange também aspectos sociais, políticos e ambientais. Nesse sentido, a crise demarca “o potencial de autodestruição da humanidade no atual momento do desenvolvimento histórico, tanto militarmente como por meio da destruição em curso da natureza” (Mészáros, 2011, p. 29).

O capitalismo é construído sobre os pilares do patriarcado e do racismo, em uma interseção de relações de opressão e exploração sem as quais o capitalismo não teria prosperado. Como analisou Safiotti (2004), há um nó que consubstancia, um novelo entre capitalismo-racismo-patriarcado. Portanto, quando discutimos a crise estrutural do capital, também estamos abordando a crise dessas relações entrelaçadas que constituem a sua forma moderna e característica na sociedade burguesa (Federici, 2017).

Capital é o valor que se aquilata no processo de produção capitalista e que tem na compra e venda da força de trabalho sua principal mercadoria. Essa mercadoria específica se diferencia das demais por ser a única capaz de produzir valor. No contrato de trabalho, ao adquirir o direito de apropriação do que o trabalhador produz de excedente na sua jornada, a mais-valia, o capitalista gasta apenas o necessário para repor essa força de trabalho por meio do salário. A mais-valia é a fonte primária da receita capitalista, enfatizando que, embora nasça na produção, só se realiza na esfera da circulação. Iamamoto afirma, “a mercadoria, pressuposto do capital, é diferente da mercadoria resultado do capital”. A exploração da força de trabalho, por meio da extração de mais-valia, resulta em um processo que empobrece tanto fisicamente quanto espiritualmente a/o trabalhador/a.

Portanto, é no alicerce da relação social do capital, ou mesmo do processo a que chamamos de capitalismo, em que encontramos a compra e venda da força de trabalho. Essa operação depende, de um lado, da concentração de bens nas mãos de uma classe e, do outro, da existência de uma classe que só tem sua força de trabalho para vender. (Marx, 2012). Noutros termos, para a relação de compra e venda da força de trabalho se realizar é necessário um contexto em que significativa parcela da população se veja obrigada a trabalhar, em troca do salário, para quem detém os meios de produção. E é assim que dinheiro e meios de produção assumem a forma social de capital.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

As imposições da sociabilidade capitalista se manifestaram em todas as esferas da vida humana. Isso nos remete ao momento que camponesas/es tiveram suas terras expropriadas e a posse da terra passou a se concentrar nas mãos de grandes proprietários. Tal processo impositivo levou a um maciço êxodo rural, aumentando a população urbana e a oferta de mão-de-obra para a manufatura.

A pobreza acentuada e generalizada em que as/os trabalhadoras/es foram submetidas/os tratava-se do pauperismo. Sua designação como “questão social” foi desdobramento dos eventos sociopolíticos ocorridos na primeira metade do século XIX. (Netto, 2011a). Constituiu-se naquele momento a consolidação da burguesia enquanto classe dominante política e econômica e, paulatinamente, a inconformidade da classe trabalhadora diante da miséria absoluta e da exploração. Inúmeros protestos sociais e organizações da classe trabalhadora emergiram das mais diversas formas como o luddismo, as *trade unions*² e *Primavera dos Povos* explicitando politicamente a contradição capital e trabalho.

O movimento operário inglês a partir das suas “[...] manifestações e comícios exigiam pão e menos horas de trabalho. Junto com essas manifestações imediatas, os trabalhadores também exigiam o direito à liberdade de se reunirem e criar suas associações” (Giannotti, 2007, p. 30). Inclusive, novas formas de protesto tiveram início exigindo medidas das classes dominantes.

Naquele momento, na recente sociedade industrial, a questão social era evidente em todos os processos. Quanto mais a produção se tornava coletiva e capaz de atender racionalmente às necessidades sociais, mais privadas eram as formas de apropriação. Para as/os trabalhadoras/es, restava apenas uma propriedade: sua força de trabalho, cujo valor era constantemente reduzido, tornando impossível sua própria subsistência e a de suas famílias. A reprodução da sociedade ocorria cada vez mais em condições desiguais, e as cidades se transformavam em bolsões da miséria.

A visibilidade política da questão social de fato eclodiu com a *Primavera dos Povos*, em 1848, com as lutas revolucionárias da classe trabalhadora europeia, ocasião em que ocorre a denúncia explícita das condições de pobreza e miséria as quais estavam submetidas - situações

² O movimento luddista, em referência ao líder Jonh Ludd, se deu pela destruição das máquinas e, em alguns casos pela violência aos seus donos no período da “revolução industrial. Em 1825 foi criada em Manchester a União dos Fiadores de Algodão. O nome inglês *trade union* significava exatamente sindicato. Assim, a *union* de Manchester foi o primeiro sindicato estruturado de que se tem notícia e essa forma de organização logo se expandiu na Inglaterra e para outros países europeus. As reivindicações dos operários ingleses se ampliaram para além da redução da jornada de trabalho e de melhores salários, passando a exigir também o direito ao voto universal e outros direitos como a escola gratuita para todos. Essa movimentação ficou conhecida como Movimento Cartista, pois os trabalhadores reivindicavam uma Carta Constitucional que garantisse direitos no trabalho e em outros aspectos da vida dos trabalhadores (Giannotti, 2007).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

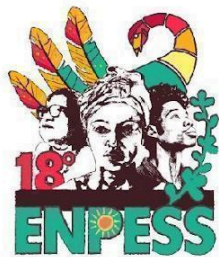
essas decorrentes da natureza do processo de produção e acumulação capitalista e do usufruto privado da riqueza socialmente produzida. Desigualdade, opressão e exploração são revelação, denúncia e resistência acerca das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. A partir dos levantes revolucionários desse período deu-se o tratamento teórico a chamada “questão social”.

O modo de produção capitalista se baseou nas diferenças entre homens e mulheres, enxergando nelas uma oportunidade de exploração ampliada. Nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos Marx (2015, p. 260), ao debater sobre o salário, afirma que “as grandes oficinas compram preferencialmente o trabalho de mulheres e crianças, porque este custa menos que o dos homens”. No sistema capitalista, as mulheres em sua maioria, historicamente foram as mais exploradas e contribuíram significativamente para a produção de mais-valia.

A constante busca pela valorização no capitalismo resultou em uma sociedade caracterizada pela produção elevada de mercadorias, enquanto simultaneamente criou uma grande massa de trabalhadoras/es sujeitos à exploração. Conseqüentemente, o desenvolvimento do capitalismo levou a humanidade a se dividir entre possuidoras/es e não possuidoras/es dos meios de produção. A existência desse modo de produção pressupôs a oposição entre a classe dos capitalistas e a classe trabalhadora.

A exploração é viabilizada por meio de uma série de recursos políticos, simbólicos e culturais que conferem legitimidade a esse processo. Assim, a exploração capitalista se baseia fundamentalmente na alienação da classe trabalhadora. Como tratou Marx (2014, p. 732), “[...] na religião, o ser humano é dominado por criações de seu próprio cérebro; analogamente, na produção capitalista, ele é subjugado pelos produtos de suas próprias mãos”. A alienação da força de trabalho, um processo histórico-social gerado na produção, assegura a exploração.

De acordo com Marx (2015), a alienação é um fenômeno que surge no contexto da produção, no qual os indivíduos se distanciam do produto que produziram, do trabalho que realizaram e dos demais indivíduos. O trabalho alienante não apenas estabelece uma relação de alienação com o objeto produzido e o processo de produção, mas também promove relações alienadas entre os sujeitos. No contexto do capitalismo, o trabalho se transforma em um processo de alienação do sujeito, levando à perda de sua essência, à subjugação e à transformação do próprio trabalho em uma mercadoria do processo produtivo. Quanto mais a/o sujeita/o produz, menos ela/e detém e mais se encontra sob a influência dominante do capitalismo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A alienação econômica está na origem do fenômeno generalizado de alienação, mas isso não implica em limitar todos os fenômenos a essa forma de alienação (Konder, 2009). Antes que as pessoas se envolvam em atividades políticas, científicas, culturais e religiosas, elas têm necessidades básicas de vestimenta, alimentação e hidratação. Antes do trabalho intelectual, vem o trabalho manual. Um sistema que se sustenta nas desigualdades entre capitalistas e trabalhadoras/es jamais poderá gerar uma igualdade plena entre mulheres e homens pois sua estrutura primordial está diretamente ligada a essas disparidades.

Partimos dos fundamentos das relações capitalistas para entender os fenômenos e a dinâmica social que emergem desse modo de organizar a produção e a reprodução da vida. Este debate nos leva a perceber que no sistema capitalista, o processo de produção molda o indivíduo como uma entidade desumanizada, tanto em termos espirituais quanto corporais. Conforme Saffioti (2015) explica, a noção de alienação como uma forma de separação é influenciada pelas relações sociais de sexo.

O capitalismo se apropriou das históricas desigualdades existentes entre homens e mulheres e as intensificou como uma oportunidade de aprofundar sua lógica de exploração e acumulação. Assim, esse mecanismo se tornou viável devido à alienação arraigada no processo produtivo capitalista. Por meio da alienação, o modo de produção capitalista se expandiu e se disseminou globalmente. A alienação tem suas origens no processo produtivo, porém transcende a esfera econômica, infiltrando-se em outras esferas da vida social, já que a base material e a reprodução da vida social são, em última instância, determinadas pela forma como organizamos nossa sociedade.

Desvendar as condições e relações de trabalho, sobremaneira acerca do trabalho das mulheres, é algo primordial para compreender os nexos causais que se interpõem na materialização de um outro modo de organização da sociedade. Desde a sua origem, o capitalismo empregou estratégias para perpetuar seu padrão de acumulação e garantir a reprodução por meio da exploração da força de trabalho. Essa dimensão se aprofundou ao longo do tempo, e na história recente esse modo de produção tem se manifestado de forma ainda mais destrutiva.

Apesar de ter desenvolvido pela primeira vez na história as condições necessárias de suprir as carências materiais dos indivíduos para supressão das disparidades sociais e da exploração, faz parte desse modo de produção o estabelecimento de estruturas desiguais. O sistema se alimenta da ganância às custas da dignidade humana, gerando desigualdade e

alienação, ao mesmo tempo em que mascara sua verdadeira natureza sob um verniz de progresso e desenvolvimento repassado ideologicamente.

O capitalismo não apenas arrasou com toda a institucionalidade prévia, mas também se apropriou e distorceu as relações sociais e estruturas existentes para sua própria vantagem e perpetuação como sistema de produção. O patriarcado, a família monogâmica e o racismo são manipulados dentro de sua estrutura para servir aos interesses da classe dominante, permitindo a contínua exploração e apropriação da riqueza socialmente produzida em nome da propriedade privada.

2. Estado e a crise estrutura do capital.

O Estado é apresentado como o guardião dos interesses coletivos, porém, na prática, ele serve como um instrumento da classe dominante para impor seus próprios interesses como sendo os interesses universais. O Estado não foi uma criação divina, tampouco surgiu de uma evolução natural, da transição de uma sociedade natural, igualitária e livre de conflitos para um estado de guerra. O Estado surge como uma construção humana moldada pelas necessidades sociais impostas para a produção e reprodução da vida. É utilizado como instrumento de poder e controle por parte das classes dominantes, muitas vezes negligenciando os interesses e direitos da classe trabalhadora.

Assim é possível afirmar que o Estado emerge da dinâmica das relações de produção, demonstrando que não é fruto de uma ordem natural ou da consciência coletiva, mas sim uma criação das circunstâncias materiais da existência. No entanto, ele tende a ser apropriado pelas elites dominantes para consolidar seu poder e preservar seus privilégios, negligenciando sistematicamente os direitos e interesses das/os trabalhadoras/es (Marx; Engels, 2009). A ilusão de autonomia do Estado surge em momentos históricos nos quais as lutas de classes alcançam uma relativa estabilidade, mascarando a verdadeira natureza do Estado como um instrumento de dominação de classe. Isso sugere que o Estado não representa os interesses de uma classe específica e, dessa forma, sua centralidade no processo de produção e reprodução capitalista é questionada.

Além disso, os direitos concedidos às/aos cidadãos/ãs nos diferentes Estados são regulados de acordo com a riqueza e o poder de cada indivíduo, perpetuando as desigualdades sociais e econômicas (Engels, 2010). Assim, para manter sua dominação e hegemonia, a classe dominante não apenas utiliza seu poder econômico, mas também manipula o poder político

através da ideologia, utilizando o Estado como um mecanismo de controle e manutenção do poder.

A formação do Estado está intrinsecamente associada ao surgimento da propriedade privada e na divisão entre esferas públicas e privadas. Contudo, sua natureza de classe transcende o capitalismo, pois o Estado “precede as revoluções burguesas do final do século XVIII e ao longo do século XIX, quando esta classe assume a direção do Estado, donde se pode afirmar que o Estado foi uma espécie de parceiro do capitalismo, como diz Mandel (1982)” (Behring, 2023, p. 27).

Desde antes do surgimento do capitalismo, servindo consistentemente como um mecanismo de opressão das elites sobre a classe trabalhadora, “atuando na expansão marítima e comercial – para a América Latina, a Conquista – e nos processos de acumulação primitiva do capital (Marx, 1988) sendo que muitas monarquias se aburguesaram, já que dispunham de fartos excedentes.” (Idem, ibidem). Mesmo em sociedades pré-capitalistas, o Estado funcionou como um aparato de controle que garantia a manutenção do *status quo*, protegendo os interesses da classe dominante às custas da exploração e marginalização das camadas populares. A classe dominante mantém seu poder de opressão e exploração sobre a classe trabalhadora por meio de um mecanismo altamente eficaz, o Estado, que é utilizado como uma ferramenta de dominação para preservar seus privilégios e interesses.

A partir da classificação de Mandel (1983, p. 333-334) sobre as principais funções do Estado é possível aferir que ele: desempenha um papel na administração e regulação da economia e da sociedade, criando as condições de produção e reprodução. Isso inclui a elaboração de políticas públicas, a gestão de serviços e infraestrutura, e a mediação de conflitos entre diferentes setores da sociedade; utiliza sua força coercitiva para reprimir movimentos e revoltas populares que possam ameaçar a ordem estabelecida. Isso inclui o uso da polícia, do exército e do sistema judicial para manter a estabilidade e proteger os interesses da classe dominante; e promove uma ideologia que legitima a ordem social vigente e os privilégios da classe dominante. Isso é feito através da educação, da mídia e de outras instituições que disseminam valores e crenças que favorecem os interesses da elite.

No que se refere à ideologia e Estado, Marx e Engels (2009) afirmam que, como o Estado serve aos interesses da classe dominante, e as concepções dessa classe têm sido a ideologia predominante em todos os momentos históricos. A classe que detém o poder econômico não apenas governa, mas também molda as percepções e valores da sociedade. Contudo, a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

relação entre a ideologia presente no interior das ações do Estado e a classe dominante muitas vezes é obscurecida. Tais ideologias são impostas como se fossem universais, mesmo sobre a classe trabalhadora e explorada.

Embora haja espaço para lutas e conquistas no campo democrático, é importante reconhecer que a estrutura do Estado reflete essencialmente interesses de classe, evidenciando-se, por exemplo, na distribuição desigual dos recursos públicos pela disputa do fundo público. Portanto, as reformas por si só não serão suficientes para erradicar as formas de opressão e exploração enfrentadas pela classe trabalhadora. Mesmo considerando as pressões dos sujeitos políticos, movimentos sociais das/os trabalhadoras/es, dentro do modo de produção capitalista não é possível mudanças significativas que afetem a centralidade do papel do Estado de assegurar a reprodução do capital.

Ainda assim, as contradições inerentes ao Estado permitem pressionar e pleitear através da organização política a concessão de alguns direitos sociais. A desmobilização da classe trabalhadora é uma tática enraizada na história do capital, empregando tanto a coerção brutal quanto a manipulação ideológica. Neutralizar a resistência e eliminar a luta de classes é vital para obstruir quaisquer tentativas de alternativas transformadoras. O Estado concentra nas suas relações de poder político e social estruturas profundamente arraigadas na hierarquia de classe, de opressão de sexo e desigualdade racial. O seu sistema de leis é a manifestação visível da violência institucionalizada, consolidando-se como o principal agente de controle e proteção dos interesses das classes privilegiadas, notadamente a burguesia. Logo, fetichização das relações econômicas e políticas dentro do Estado serve para encobrir a exploração, a opressão e o controle exercidos pelas elites dominantes.

É essencial entender as influências históricas e as tendências reguladoras do sistema capitalista, inclusive por meio da ação do Estado, para compreender as mudanças significativas que ocorreram no processo de acumulação de capital. Especialmente a partir de 1970, com a transição do modelo fordista para a acumulação flexível após anos de políticas estatais mais

conhecidas como referentes ao Estado de Bem estar social/Estado Providência/Estado social³ nos “Anos de ouro” do capitalismo.

Conforme observado por Mota (2010), desde o século XIX, a sociedade enfrenta um fenômeno que continua a desafiar no século XXI: a tendência crescente do capitalismo de gerar uma superpopulação de trabalhadoras/es disponíveis para o mercado, ao mesmo tempo em que dificulta seu acessar ao trabalho e à riqueza produzida socialmente na sociedade. O sistema que impõe uma rotina exaustiva de trabalho precisa, em termos de suas leis de acumulação e contradições inerentes, gerar uma população relativamente supérflua, sujeita às demandas da reprodução do capital e ao seu processo de extração para acumulação.

Podemos indicar que as crises capitalistas são determinadas não apenas pela superprodução, mas, também, pela superacumulação, com a qual “uma parcela do capital acumulado só pode ser investida a uma taxa de lucros inadequada, e, em proporção crescente, apenas a uma taxa declinante de juros”. Contudo, Mandel ressalta que o conceito de superacumulação é sempre relativo e não absoluto, uma vez que nunca há capital “em demasia” em termos absolutos: “há muito capital em disponibilidade para que se atinja a taxa média social de lucros esperada” (Mandel, 1983, p. 75-76).

Para Mandel (1983), o “capitalismo tardio” não se configura como uma nova essência do capitalismo alterando aquelas que foram tratadas por Marx em O capital. Dessa forma, o autor define sua análise como uma subfase da época imperialista. A convergência tecnológica, a possibilidade de nivelamento das taxas de lucro - que o capital não deseja - e a sequência de queda das taxas de lucro em função do diferencial de produtividade do trabalho podem ser analisados como alguns pressupostos.

Essa tendência de queda encontra a possibilidade contraposição nas novas estratégias de extração de superlucros - o aumento permanente da composição orgânica do capital por meio das inovações tecnológicas. Ainda assim, o incremento tecnológico movido pela concorrência e os riscos desse processo encontram limites no contexto da operação da lei do

³ O Estado social foi uma fase específica do desenvolvimento do capitalismo, caracterizada por uma intervenção significativa do Estado na economia e na sociedade. Essa intervenção visava mitigar as contradições sociais do capitalismo, oferecendo uma série de políticas sociais, como seguro-desemprego, previdência social, saúde pública, educação gratuita, entre outras, com o objetivo de garantir uma certa estabilidade social e política. Ocorreu em grande parte dos países após a Segunda Guerra Mundial, especialmente nos países europeus, em resposta às pressões das classes trabalhadoras e como uma forma de conter o avanço do comunismo. No entanto, o Estado social entrou em crise a partir de meado dos anos de 1960 devido a diversos fatores, incluindo a crise econômica e mudanças na estrutura do capitalismo global. “Anos de ouro” ou “três décadas gloriosas” como também se convencionou chamar esse período de crescimento - entre a segunda guerra mundial e a metade da década de 1960 - em que a economia capitalista se manteve em um processo de ascensão por meio do aumento da taxa de lucro (Behring e Boschetti, 2011).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

valor e da própria luta de classes. A terceira revolução tecnológica e a automação produziram, de acordo com Mandel (1983), com a síntese de Behring e Boschetti (2011, p. 115).

[...] um forte deslocamento do trabalho vivo pelo trabalho morto; a perda ainda maior da importância do trabalho individual a partir de amplo processo de integração da capacidade social de trabalho; a mudança da proporção de funções desempenhada pela força de trabalho por conta do incremento tecnológico de algumas empresas monopolistas; o aumento de investimento em equipamentos; a diminuição do período de rotação do capital; a aceleração da inovação tecnológica com fortes investimentos na pesquisa; e uma vida útil mais curta do capital fixo e a consequente tendência ao planejamento.

O “Espírito de 1945”⁴ demarca um pouco as circunstâncias em que se apresentavam as lutas dos/as trabalhadores/as no período. A dificuldade de conviver com as crises de 1929 e 1932 sem grandes perdas de legitimidade, o desencadeamento de estratégias anticíclicas da proposta keynesiana⁵, a possibilidade de maior integração das/os trabalhadoras/es no circuito do consumo a partir da repartição dos ganhos de produtividade advindos do fordismo⁶ eram alguns dos elementos que atravessavam a relações sociais. Além disso, podemos ainda mencionar a capitulação de segmentos do movimento operário motivados por essas condições objetivas - as possibilidades de acesso ao consumo e as conquistas sociais do período - e uma certa desconfiança em relação ao projeto em curso a leste da Europa, ao Stalinismo.

A crise do capitalismo que se instaurou com a queda das taxas de lucro no final dos anos de 1960 – expressa como a crise do petróleo – foi analisada por muitos como uma crise provocada na arquitetura do mercado financeiro que se forjou com os acordos de Bretton Woods em 1944⁷. Para Mandel (1983) não se tratou exclusivamente disso. O autor analisou que esses são elementos que corroboraram com o processo, ou mesmo catalisam a crise, contudo, as tendências de crise já vinham se manifestando desde meados dos anos de 1960 em função da queda das taxas de lucro. As crises cíclicas do capital são intrínsecas ao próprio desenvolvimento desse modo de produção “são o mecanismo através do qual a lei do valor se impõe ” (Idem, p. 212).

⁴ Alusão ao documentário de Ken Loach com narrativas, registros históricos e reflexões sobre a vitória do Partido Trabalhista em 1945, na Grã-Bretanha.

⁵ O keynesianismo é uma corrente econômica desenvolvida pelo economista John Maynard Keynes (1883 - 1946), que preconiza a intervenção estatal abrangente nas políticas econômicas de uma nação como meio de alcançar o pleno emprego e o equilíbrio econômico.

⁶ O fordismo foi um sistema de produção industrial introduzido nos Estados Unidos durante os primeiros anos do século XX. Henry Ford (1863 – 1947), fundador da montadora de automóveis que leva seu nome, foi o pioneiro na implementação da lógica fordista de produção dentro da empresa.

⁷ “O sistema Bretton Woods – desenvolvido com o objetivo de gerenciar a economia internacional, estabelecendo regras para as relações comerciais e financeiras, foi aprovado pelas 44 nações aliadas. Criaram-se a partir daí o “Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento” (Bird) (mais tarde criando o Banco Mundial - BM), o Fundo Monetário Internacional “ (FMI) e o “ Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e o Comércio” (GATT, hoje OMC). Outra disposição foi a obrigação de os países adotarem uma política monetária de câmbio de suas moedas indexada ao dólar (padrão ouro)” (Duriguetto et al., 2011, p. 152).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O capitalismo, após os anos 1970, lançou uma contraofensiva sem precedentes da burguesia em resposta à crise, buscando não apenas recuperar as taxas de lucro, mas também intensificar a exploração da força de trabalho e ampliar seu controle sobre a economia mundial. Como resultado, os avanços materiais e sociais conquistados pelas/os trabalhadoras/es em alguns países durante períodos de expansão foram rapidamente derruídos.

A partir desse momento teve início um processo de reestruturação produtiva, cujo objetivo principal foi ajustar a força de trabalho aos novos padrões de exploração. Se no capitalismo o trabalho assalariado é a mediação central para que os indivíduos alcancem status de consumidor/a – posição necessária à realização da mais-valia na esfera da circulação de mercadorias -, na era da financeirização, do desemprego estrutural, da desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho, a questão social ganha outros contornos (Iamamoto, 2011).

3. Capitalismo, divisão sexual do trabalho e a “guerra contra as mulheres”.

Desde o início do capitalismo, a força de trabalho feminina tem sido a mais explorada e aquela que mais contribui para a produção de mais-valia. Isso é fundamentado no mecanismo da alienação, assim como no processo de divisão sexual do trabalho. Com essa divisão, as mulheres assumem uma carga de responsabilidade no processo produtivo e reprodutivo que difere daquelas atribuídas aos homens. “Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho” (Kergoat, 2009, p. 67).

De acordo com Kergoat (2009), a terminologia divisão sexual do trabalho ⁸foi primeiramente utilizada pelos etnólogos para definir tarefas entre homens e mulheres. Contudo, para a autora, são as antropólogas feministas que conceituam de maneira inédita a categoria divisão sexual do trabalho, explicitando a relação de poder entre homens e mulheres a partir das tarefas e atividades laborais que ocupam na divisão social do trabalho. Desse modo, [...] falar em termos de divisão sexual do trabalho é ir mais além de uma simples constatação de desigualdades: é articular esta descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos

⁸ A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc....) Esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher) (Kergoat, 2009, p. 1).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

quais a sociedade utiliza esta diferenciação para hierarquizar estas atividades” (Kergoat, 2009, p. 4).

A análise da divisão sexual do trabalho nos permite entender que existem divisões, hierarquias, disparidades, relações de poder e explorações que se fundamentam no sexo; ser homem ou mulher define posições, responsabilidades, funções e percepções distintas dentro de uma sociedade. Essa categoria possibilita desvelar as desigualdades e hierarquias presentes nas ocupações do mercado de trabalho e em outras esferas, desconstruindo a ideia de que tais disparidades são inerentes, e promovendo uma análise mais ampla e crítica desse fenômeno e suas implicações.

Comumente, a literatura que aborda as discussões acerca do universo do trabalho se refere à classe trabalhadora sem fazer qualquer menção ao sexo dos sujeitos sociais, como se fossem iguais e homogêneos. A diferenciação é estabelecida apenas em relação ao status de empregada/o ou desempregada/o e à posição de cada indivíduo na esfera da produção e reprodução social, sem considerar as nuances das diferenças.

A classe operária tem dois sexos, esta afirmação não contraria apenas a utilização corrente do masculino nos textos sobre a classe operária que falam de trabalhadores quando estão se referindo a trabalhadoras! Trata-se também de afirmar que as práticas, a consciência, as representações, as condições de trabalho e de desemprego dos trabalhadores e das trabalhadoras são quase sempre assimétricas e que raciocinar em termos de unidade da classe operária sem considerar o sexo social leva a um conhecimento truncado – ou pior falso do que é uma classe social (Hirata; Kergoat, 1994, p. 95).

De acordo com Kergoat (2018), ao longo da história ocorreram diversas transformações no que diz respeito à divisão sexual do trabalho, contudo ela continua a funcionar conforme o princípio da segregação, que diferencia o trabalho atribuído aos homens às mulheres; e o princípio da hierarquia, que atribui maior valor ao trabalho dos homens em comparação ao trabalho das mulheres. Nessa perspectiva de mudanças históricas, acredito ser fundamental uma análise do período de transição entre o feudalismo e o capitalismo, considerando que foi naquele contexto que se desenrolou a “caça às bruxas” (Federici, 2017), um dos ataques mais violentos e devastadores de disciplinamento das mulheres orquestrado em conjunto pela Igreja e pelo Estado.

As mulheres foram severamente afetadas pelas transformações sociais. Desde a perda das terras comunitárias⁹, o declínio dos feudos e o avanço para o sistema capitalista, a sociedade excluiu as mulheres cada vez mais do acesso à propriedade e à autonomia. Assim,

⁹ Nas terras comunitárias, e características das sociedades primitivas, não havia formas de exploração comparáveis às que conhecemos hoje, as quais são resultantes da emergência da propriedade privada. Consequentemente, o trabalho não estava sujeito à alienação provocada pela divisão social do trabalho, e não existiam estruturas de dominação como o Estado, a polícia ou o direito (Engels, 2010).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

elas representavam a maioria das populações empobrecidas que se dirigiam às cidades em expansão no período de transição para o modo de produção capitalista. No período feudal, o trabalho estava centrado na provisão das necessidades básicas da família e era realizado costumeiramente de forma coletiva. Nesse contexto, toda atividade que contribuísse para o sustento e a reprodução era valorizada. A divisão sexual do trabalho tinha um peso menor para as mulheres, uma vez que o trabalho reprodutivo ainda não era menosprezado e qualificado como "não trabalho" (Federici, 2017).

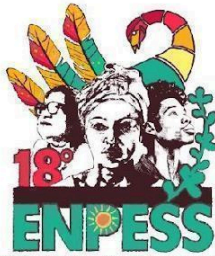
Ainda segundo Federici (2017, p. 66), uma das formas de resistência mais simbólica da idade média se manifestava por meio dos movimentos heréticos¹⁰, que unificaram “todos os párias do poder feudal: prostitutas, padres afastados do sacerdócio, trabalhadores urbanos e rurais.” Tomou centralidade na resistência camponesa à medida que questionavam a acumulação de riquezas, as hierarquias sociais e a ordem religiosa, principalmente denunciando a corrupção na igreja.

Uma das características distintivas desses movimentos era o papel atribuído às mulheres dentro de sua estrutura. Entre os heréticos, as mulheres¹¹ eram a maioria e desfrutavam dos mesmos direitos que os homens. As mulheres desempenhavam um papel central entre os grupos que formavam as seitas hereges: as classes populares e os perseguidos pela igreja. Como eram a maioria entre a população mais pobre, eram as que mais sofriam com as restrições impostas pela Igreja (Federici, 2017). Segundo a autora, “registros que mostram que as principais penitências aplicadas pela igreja contra as mulheres hereges dizem respeito justamente ao uso de contraceptivos naturais e métodos abortivos, o que nos aponta que elas exerciam algum controle sobre a sua reprodução. Além disso, muitas mulheres hereges praticavam a castidade e a sodomia como controle de natalidade (Federici, 2017, p. 84).

Apesar da politização e da regulação da sexualidade pela igreja terem iniciado anteriormente aos movimentos heréticos, foi com o surgimento destes, a partir do século XII, que a igreja intensificou seu controle, impondo normas mais rígidas e patriarcais sobre a sexualidade. As mulheres foram responsabilizadas pelo desejo sexual masculino e com isso algumas medidas repressoras foram tomadas como aquelas feitas pelos concílios de Latão de 1123 e 1139. Houve

¹⁰“A heresia denunciou as hierarquias sociais, a propriedade privada e a acumulação de riquezas, e difundiu entre o povo uma concepção nova e revolucionária da sociedade que, pela primeira vez na Idade Média, redefinia todos os aspectos da vida cotidiana (o trabalho, a propriedade, a reprodução sexual e a situação das mulheres), colocando a questão da emancipação em termos verdadeiramente universais” (Federici, 2017, p. 70).

¹¹ “Na Igreja, as mulheres não eram nada, mas entre os heréticos eram consideradas como iguais. [...]. Nas seitas hereges, principalmente entre os cátaros e os valdenses, as mulheres tinham direito de ministrar os sacramentos, de pregar, de batizar e até mesmo de alcançar ordens sacerdotais” (Federici, 2017, p. 83).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

o aumento das penitências para atos sexuais que confrontassem aqueles permitidos pela Igreja, culminando com o concílio de 1189, que proibia práticas homossexuais e práticas sexuais que não tivessem como finalidade a procriação. No que se trata do movimento herético, foi violentamente combatido e contra ele ocorreu a primeira cruzada, culminando com a “santa inquisição”¹² e a caça às bruxas.

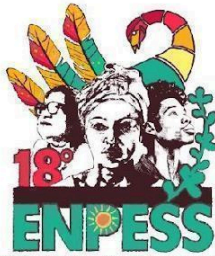
Longe de corresponder ao estereótipo de que a caça às bruxas foi meramente um produto do fanatismo religioso e irracional incentivado pela igreja, essa perseguição às mulheres revelou-se fundamentalmente política, contando com o apoio do Estado, de teóricos importantes e até mesmo de uma significativa campanha envolvendo artistas da época. Federici (2017) apresenta informações de que a caça às bruxas foi fortemente marcada por motivações políticas, como evidenciado pela relação entre o número de mulheres perseguidas e as regiões onde os conflitos e resistências eram mais intensos e estruturados.

Outrossim, as mulheres frequentemente acusadas de bruxaria eram aquelas mais idosas, economicamente desfavorecidas, viúvas ou solitárias, que vagavam pelas cidades e vilarejos em busca de alimento ou assistência pública. Eram acusadas de lançar mau-olhado ou proferir maldições quando lhes era negado apoio. Foram responsabilizadas por espalhar a miséria em um momento que o capitalismo em ascensão generalizava a pobreza.

A ascensão do sistema capitalista, mediante processos violentos de expropriação e privatização dos bens comuns, caracterizados como “acumulação primitiva”, resultou também no “cercamento das mulheres” em tarefas não remuneradas e frequentemente invisíveis de reprodução da força de trabalho no ambiente doméstico, além de uma política específica de controle sobre a reprodução biológica feminina (Federici, 2004). A autora apresenta como as transformações que consolidaram as novas relações de produção envolveram processos nas mais distintas dimensões da vida social, sobretudo no que concerne à esfera da reprodução, incluindo a reprodução biológica.

O capitalismo se vale de qualquer disparidade ou desigualdade social, causadas inclusive pelo sistema, para promover seu modo de produção e lucratividade. Em cada período histórico, o capitalismo procura implementar mecanismos que promovam a realização de suas finalidades. Seu propósito fundamental é a acumulação, e por isso ele trabalha para estabelecer

¹² “[...] a perseguição e genocídio de mulheres das camadas camponesas, estigmatizadas como —bruxas pela Igreja, foi parte do processo de acumulação primitiva do capital e da imposição de uma nova disciplina sobre a vida reprodutiva necessária à ordem social nascente e diante de uma profunda crise demográfica gerada pela Peste Negra no continente” (Ferreira, 2017, p. 47).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

uma estrutura social que favoreça esse processo. O sistema patriarcal não foi uma criação do capitalismo; ele esteve presente em outros períodos históricos. No entanto, o capitalismo se apropria da desvantagem preexistente das mulheres porque é lucrativo e perpetua um sistema de poder e dominação que favorece homens, brancos, heterossexuais e cristãos no controle da sociedade.

A dominação e controle das mulheres têm contribuído, como apontado por Saffioti (2013), para aumentar a quantidade de trabalho não remunerado. Embora a exploração e dominação das mulheres não tenham começado com o capitalismo - como ressaltado por Toledo (2008) - têm sido intensificadas neste sistema, onde se somam exploração, jornada com “tarefas extensivas, intermitentes e intensivas de trabalho produtivo e reprodutivo” (Ávila, 2010) e salários reduzidos, resultando na criação de novas formas de opressão.

A exploração da mão de obra feminina se dá por meio de um processo de apropriação, o que resulta também no controle sobre seus corpos e sexualidade. O patriarcado é uma estrutura que pode ser ativada por qualquer indivíduo, inclusive por mulheres. Funciona como um meio de apropriação das mulheres, que são consideradas como objetos sexuais dos homens, responsáveis pela reprodução de herdeiros, cuidadoras e uma fonte de mão de obra barata (Saffioti, 2015).

Quando se trata da apropriação das mulheres, conforme apontado por Cisne (2013), a persistência da visão das mulheres como objetos e sua naturalização derivam da ideologia naturalista, na “sexagem”. As mulheres são consideradas como sujeitos naturais, com um destino determinado por suas características biológicas. O termo “sexagem”, elaborado por Colette Guillaumin (1978) “denota a apropriação material concreta da individualidade corporal das mulheres, em um processo que as tira da condição de sujeito e as tornam “coisas” (Cisne, 2018).

A apropriação, decorrente da “sexagem”, pode acontecer de duas formas: individual (privada) e coletiva. No primeiro caso, ocorre principalmente dentro da estrutura familiar, através do casamento. Já no segundo caso, que é mais abrangente e arraigado que o primeiro, é promovido pelas instituições religiosas, pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade em geral. As manifestações dessas apropriações podem ocorrer através do mercado de trabalho, da restrição espacial, da exibição de poder, da coerção sexual, do aparato jurídico e dos costumes tradicionais.

Cisne (2018) destaca que neste processo de apropriação, não há espaço para uma reciprocidade contratual por parte das mulheres, pois suas responsabilidades são consideradas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

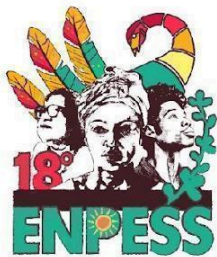
naturais e biológicas. A pesquisadora argumenta que, por sermos mulheres, nos diferenciamos de outros grupos de trabalhadores e de outros segmentos oprimidos, pois frequentemente não conseguimos comercializar nossa mão de obra, já que não somos reconhecidas como trabalhadoras, desempenhando muitas vezes tarefas de forma gratuita devido à percepção da obrigação "feminina".

A estagnação econômica, o aumento da desigualdade social e a degradação ambiental como exemplos da crise mais recente do capitalismo repercutem em toda a classe trabalhadora principalmente através do “crescimento do desemprego por toda parte numa escala assustadora, e a miséria humana a ele associada” (Federici, 2017, p. 25). Notadamente os efeitos da crise têm sequelas ainda mais profundas sobre a vida das mulheres que são atingidas de forma desigual nesse processo constituído historicamente (Safiotti, 2013). As consequências imediatas sobre a vida das mulheres, estão relacionadas diretamente à intensificação e precarização do trabalho, assim como pelo controle dos corpos, da sexualidade e pela apropriação do trabalho reprodutivo desempenhado.

Ao tentar localizar as razões pelas quais a crise estrutural impacta mais intensamente a vida das mulheres precisamos reconhecer que somos afetadas desproporcional e especificamente devido às relações desiguais de gênero e às estruturas patriarcais de poder que o sistema capitalista convenientemente aciona no trato com as mulheres. É inerente ao modo de produção capitalista a constituição de estruturas hierárquicas de desigualdades, “a configuração dessas divisões é construída através das relações de classe, raça e gênero e das práticas sociais” (Souza-Lobo, 2021, p. 151).

A crise estrutural do capital perpetua a divisão sexual do trabalho. As mulheres são frequentemente responsáveis pelo trabalho reprodutivo não remunerado, incluindo o cuidado de crianças, idosos e doentes, e trabalho doméstico. Essa dimensão invisibilizada do trabalho feminino, a reprodução social, é crucial para a reprodução da força de trabalho e o funcionamento da economia, mas, por tratar-se de um trabalho executado por mulheres, raramente é reconhecido ou valorizado. De acordo com Ávila (2010), “as mulheres são as principais realizadoras das tarefas de todo dia, inadiáveis, incessantes, repetitivas e incontornáveis”.

Esse contexto leva a uma intensificação da precarização do trabalho feminino em escala global. A perpetuação da divisão sexual do trabalho usurpa o tempo da vida das mulheres (Ávila, 2010). As mulheres são empurradas para setores econômicos precários, como trabalho informal, terceirizado e temporário, onde enfrentam salários baixos, condições de trabalho



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

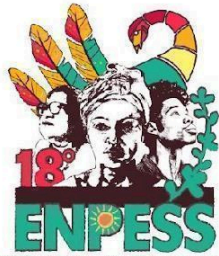
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

perigosas e falta de proteção social. Isso as coloca em maior vulnerabilidade à pobreza, exploração e abusos no local de trabalho.

O capitalismo estabeleceu uma “guerra contra as mulheres”, que é constantemente recriada durante períodos de crise, resultando na repetição do padrão de violência da acumulação primitiva do sistema capitalista. No estágio de acumulação capitalista contemporâneo a investida estrutural e permanente contra as mulheres se aprofunda. Dessa forma, a expropriação dos recursos comuns, o racismo e as práticas coloniais, e a marginalização social das mulheres tornam-se artifícios frequentemente empregados pelo capital para assegurar sua sobrevivência (Federici, 2017).

REFERÊNCIAS

- ÁVILA, M. B. Mulher e natureza: os sentidos da dominação no capitalismo e no sistema patriarcal. In: *Caderno da Crítica Feminista*, ano VI, n. 5, dez. 2012.
- ÁVILA, M. B. *O Tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas: Tensões entre Dominação/Exploração e Resistência*. Recife, Editora Universitaria UFPE, 2010.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- BEHRING, E.R. Ofensiva ultraneoliberal no capitalismo em crise no Brasil e no mundo. *Revista Liberdade*, Juiz de Fora, v. 23, n.1, p. 10-22, jan. /jun. 2023. ISSN 1980-8518. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/41383>
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CISNE, M. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, 2018.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FERREIRA, V. M. *A apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise das suas tendências*. 2017. 189 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2017.
- HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set. /dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cZtcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 jul. 2024.
- Iamamoto, M. V. (2023). Para além da mistificação: o capital como relação social e seu contraditório processo de (re)produção. *Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade contemporânea*, 21(53). <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78955>
- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena [et al.] (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- KERGOAT, D. *Lutar dizem elas*. Recife: SOS corpo, 2018.
- KONDER, L. *Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política: livro I*. 27ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MARX, K. *Cadernos de Paris; Manuscritos econômicos-filosófico*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. 2a. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 3 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular. 2021.